

Desafios da Dívida

Dívida Pública

ENTRE os muitos desafios que o Governo Tancredo Neves encontrará logo no início de seu governo está a dívida pública interna. A questão é complicada por vários motivos, entre os quais inserem-se até mesmo as divergências entre diferentes escolas de economistas sobre como atacar o problema.

Para os keynesianos, quando a economia opera abaixo de sua capacidade, os déficits proporcionam um estímulo favorável à geração de empregos e ao aumento da produção. Por outras palavras, os gastos públicos podem funcionar como um reacelerador da economia. Os monetaristas, contudo, argumentam de uma forma diferente e acham que déficits e dívida são irrelevantes para as flutuações na produção e no nível de emprego: é a oferta de moeda, segundo eles, que realmente importa. Uma terceira facção (que os americanos consideram como **supply-siders** e entrou na moda) acha que a redução dos déficits é menos importante que a maneira como ela seja feita.

Quaisquer que sejam as correntes econômicas que venham a ser seguidas pela próxima administração, a realidade será a mesma. O novo Governo vai enfrentar uma dívida que dobrou rapidamente a marca dos Cr\$ 100 trilhões e que irá requerer um hábil e rápido manejo, tanto em termos de opções políticas quanto estritamente financeiras.

— Num país como o Brasil, a capacidade de **gastar** ultrapassou com notável celeridade os cordões centrais de comando da economia. A proliferação de empresas e organismos públicos criou uma segunda economia, uma economia paralela, com orçamentos múltiplos e centros de decisão descoordenados.

Exercícios de disciplina que foram feitos ou que

ainda estão sendo feitos esbarraram em enormes resistências, e demonstraram que o controle dos gastos transcende a discussão em torno da opção — “estatizar” ou “desestatizar”. Se fosse tão simples assim, bastariam algumas decisões da Sest e os problemas estariam resolvidos.

Não se pode, na verdade, alimentar o debate em torno dos problemas da sociedade brasileira apenas dentro dos parâmetros clássicos da análise econômica. A reativação da vida política poderá criar as condições para o exercício de controles que até agora dependiam apenas do manejo de instrumentos por áreas e setores técnicos.

A disciplina orçamentária e fiscal, a que o presidente eleito Tancredo Neves se referiu em sua entrevista, irá repousar em larga medida na capacidade dos mecanismos políticos, e da vida do Congresso em particular, para normalizarem situações e introduzirem medidores de desperdício dos escassos recursos nacionais. O desperdício tem sua fonte maior em empresas com baixos índices de produtividade, que foram nutridas, alimentadas e engordadas por anos e anos de autoritarismo e uma elevação do ambiente burocrático a condições e **status** acima do bem e do mal.

Definitivamente o debate em torno da inflação terá, portanto, que ultrapassar as fronteiras das discussões entre keynesianos, neokeynesianos, monetaristas, estruturalistas ou que nome tenham para encontrar respostas em um nível de envolvimento maior da sociedade com seus próprios destinos. A responsabilidade do ambiente político nesse aspecto será fundamental. Não há tempo nem margem para erro.